



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000388475**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000703-56.2017.8.26.0053, da Comarca de São Paulo, em que é apelante CONDOMÍNIO EDIFÍCIOS BARÃO DE LAGUNA E BARÃO DE LADÁRIO, é apelado ESTADO DE SÃO PAULO.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso do autor, com observação da modulação e dos efeitos da decisão liminar deferida. V.u.**

, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores SILVIA MEIRELLES (Presidente) E ALVES BRAGA JUNIOR.

São Paulo, 23 de abril de 2025.

**SIDNEY ROMANO DOS REIS**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Voto nº 44.003**

**Apelação Cível nº 1000703-56.2017.8.26.0053** **Apelante: Condomínio Edifícios Barão de Laguna e Barão de Ladário** **Apelada: Fazenda do Estado de São Paulo**

**Comarca: São Paulo**

**Magistrada Sentenciante: Carmen Cristina Fernandez Teijeiro e Oliveira**

Apelação Cível – Ação declaratória c/c repetição de indébito tributário - Pretensão de exclusão da TUSD e TUST da base de cálculo do ICMS – Sentença de improcedência – Recurso do autor – Desprovidimento de rigor. No mérito, a matéria restou definitivamente superada com o julgamento do mérito do REsp nº 1.163.020/RS (Tema nº 986 do STJ) - Tese fixada no sentido de que devem ser incluídas na base de cálculo do ICMS de energia elétrica a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), nas situações em que são lançadas na fatura de energia como um encargo a ser pago diretamente pelo consumidor final – Aplicável a modulação dos efeitos no caso, por ter sido concedida a tutela de urgência requerida em primeiro grau - Improcedência do pedido que se impõe - Ônus de sucumbência mantidos – Honorários advocatícios majorados, na forma do art. 85. §11, do CPC - R. Sentença mantida – Recurso desprovido, com observação da modulação e dos efeitos da decisão liminar deferida.

1. Por r. Sentença de fls. 184/199, cujo relatório ora se adota, a MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do São Vicente, nos autos de **Ação Declaratória c.c. Repetição de Indébito** proposta por **Condomínio Edifícios Barão de Laguna e Barão de Ladário** em face da **Fazenda do Estado de São Paulo**, assim decidiu: "**JULGO IMPROCEDENTE o pedido e, consequentemente, EXTINTO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Sucumbente(s), arcará(ão) o(a/s) autor(a/es) com o pagamento integral de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa devidamente atualizado, nos termos do artigo 85, § 3º, inciso I, c.c. § 4º, inciso III, do Código de Processo Civil**".

Interposto recurso de apelação pela autora (fls. 201/212). Pugna pela reforma integral da r. sentença "**para que seja declarada a**

**inexistência de relação jurídico-tributária entre o apelante e o Estado apelado quanto ao recolhimento do ICMS incidente sobre os encargos de transmissão e conexão na entrada de energia elétrica, especialmente as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ou Distribuição (TUSD), definindo-se a base de cálculo do referido tributo, em tais operações, como sendo, unicamente, o montante relativo à energia elétrica efetivamente consumida e reconhecendo-se, por conseguinte, o direito à repetição do indébito dos valores indevidamente pagos nos últimos cinco anos, a contar do ajuizamento da ação”.**

Com apresentação de contrarrazões pela apelada (fls. 259/271), subiram os autos.

O recurso permaneceu sobrestado em razão da admissão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 2246948-26.2016.8.26.0000, sobre o tema versado na presente demanda, pela C. Turma Especial de Direito Público deste Tribunal (fls. 287).

É o relatório.

## **2. Não comporta provimento o recurso da autora.**

No mérito, não viceja a pretensão da apelante pela exclusão da incidência do ICMS sobre as Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), porquanto, a matéria já restou decidida pelo C. Superior Tribunal de Justiça.

Oportuno salientar que este Desembargador perfilhava da corrente jurisprudencial que entendia pela não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) da conta de energia elétrica.

Ocorre, contudo, que o E. STJ assentou entendimento em sentido diverso no julgamento do REsp nº 1.163.020/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos (Tema nº 986), fixando a seguinte tese:

**“A tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e/ou a tarifa de uso de distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra, para os fins do art. 13, § 1º, II, 'a', da LC 87/1996, a base de cálculo do ICMS”.**

Definida a tese, procedeu-se à modulação dos efeitos da

decisão, nos seguintes termos:

1. Considerando que até o julgamento do REsp 1.163.020/RS que promoveu mudança na jurisprudência da Primeira Turma a orientação das Turmas que compõem a Seção de Direito Público do STJ era, s.m.j., toda favorável ao contribuinte do ICMS nas operações de energia elétrica, proponho, com base no art. 927, § 3º, do CPC, a modulação dos efeitos, a incidir exclusivamente em favor dos consumidores que, até 27.3.2017 data de publicação do acórdão proferido julgamento do REsp 1.163.020/RS, hajam sido beneficiados por decisões que tenham deferido a antecipação de tutela, desde que elas (as decisões provisórias) se encontrem ainda vigentes, para, independente de depósito judicial, autorizar o recolhimento do ICMS sem a inclusão da TUST/TUSD na base de cálculo. Note-se que mesmo estes contribuintes submetem-se ao pagamento do ICMS, observando na base de cálculo a inclusão da TUST e TUSD, a partir da publicação do presente acórdão aplicável, quanto aos contribuintes com decisões favoráveis transitadas em julgado, o disposto adiante, ao final. 2. A modulação aqui proposta, portanto, não beneficia contribuintes nas seguintes condições: a) sem ajuizamento de demanda judicial; b) com ajuizamento de demanda judicial, mas na qual inexistia Tutela de Urgência ou de Evidência (ou cuja tutela outrora concedida não mais se encontre vigente, por ter sido cassada ou reformada); c) com ajuizamento de demanda judicial, na qual a Tutela de Urgência ou Evidência tenha sido condicionada à realização de depósito judicial; e d) com ajuizamento de demanda judicial, na qual a Tutela de Urgência ou Evidência tenha sido concedida após 27.3.2017. 3. Em relação às demandas transitadas em julgado com decisão favorável ao contribuinte, eventual modificação está sujeita à análise individual (caso a caso), mediante utilização, quando possível, da via processual adequada.

Na espécie, o pedido de liminar foi deferido em sede de agravo de instrumento (Proc. 2032583-14.2017.8.26.0000), de modo que a situação está abarcada pela modulação favorável dos efeitos do Tema 986, não sendo possível a cobrança do ICMS com a inclusão das tarifas referidas em sua base de cálculo até a data da publicação do Acórdão do Tema em questão.

No mais, como o julgamento foi realizado sob a sistemática dos recursos repetitivos, a observância da tese exarada pela Corte Superior é de caráter obrigatório (art. 927, III, CPC) e deve ser aplicada aos processos semelhantes em trâmite nos tribunais de todo o país, como no presente caso.

E, conforme já assentou o Col. STJ, que ***“A jurisprudência desta Corte é firme quanto à possibilidade de aplicação imediata do entendimento firmado sob o rito dos recursos repetitivo ou da repercussão geral, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado do acórdão***

**paradigma"** (AgInt no REsp n. 2.044.906/PR, relator Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, julgado em 08/4/2024, DJe de 11/4/2024).

Por fim, julgados recentes desta C. 6ª Câmara de Direito Público e de demais deste E. Tribunal de Justiça, já vêm adotando o consolidado pelo E. Superior Tribunal de Justiça:

**AÇÃO DECLARATÓRIA – ICMS sobre tarifa de transmissão e distribuição de energia elétrica – Pretensão de exclusão da TUST e TUSD da base de cálculo do ICMS – Tema 986 do STJ - A TUST e/ou a TUSD, quando lançadas na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra a base de cálculo do ICMS - Modulação temporal dos efeitos da decisão para a data de 27/03/2017, data de publicação do acórdão no REsp nº 1.163.020 – Contribuinte beneficiada pela modulação – Sentença de procedência reformada – Recurso de apelação da FESP e reexame necessário, providos, com observação.** (TJSP; Apelação Cível 1014067-75.2016.8.26.0071; Relator (a): J. M. Ribeiro de Paula; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Público; Foro de Bauru - 2ª Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 02/12/2024; Data de Registro: 02/12/2024).

**APELAÇÃO. ICMS. TUSD. TUST. PRELIMINAR. Suspensão do processo. Impossibilidade. Ausência de determinação de suspensão de processos na ADI 7.195. MÉRITO. "A Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e/ou a Tarifa de Uso de Distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra, para os fins do art. 13, § 1º, II, 'a', da LC 87/1996, a base de cálculo do ICMS". Entendimento do STJ, em recurso repetitivo (REsp 1.699.851, 1.692.023, 1.734.902 e 1.734.946 – Tema 986). Contribuinte não beneficiado pela modulação de efeitos da decisão. Pedido improcedente. RECURSO DESPROVIDO.** (TJSP; Apelação Cível 1001326-66.2017.8.26.0168; Relator (a): Alves Braga Junior; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Foro de Dracena - 3ª Vara; Data do Julgamento: 31/10/2024; Data de Registro: 31/10/2024).

**APELAÇÃO – Mandado de Segurança – ICMS incidente sobre encargos de transmissão e distribuição de energia elétrica - TUST e TUSD – Denegação da ordem – Pretensão de reforma – Impossibilidade – Col. Superior Tribunal de Justiça que sob o rito dos recursos especiais repetitivos fixou a tese de que "a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e/ou a tarifa de uso de distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra, para os fins do art. 13, § 1º, II, 'a', da LC 87/1996, a base de cálculo do ICMS" (Tema Repetitivo 986) – Não provimento do recurso.** (TJSP; Apelação Cível 1010588-50.2024.8.26.0053; Relator (a): Maria Olívia Alves; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 5ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 10/09/2024; Data de Registro: 10/09/2024).

Impõe-se, portanto, a manutenção da r. Sentença.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por derradeiro, considerando o desfecho do presente recurso, de rigor a observância da disciplina relativa aos honorários advocatícios constantes do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil, e, assim, fica o autor condenado ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios ora fixados em 11% do valor atualizado da causa, já considerado o trabalho adicional realizado em grau recursal.

Para efeito de prequestionamento, importa registrar que este julgado não violou a Constituição Federal ou qualquer lei infraconstitucional, restando expressamente prequestionados todos os dispositivos legais implícita e explicitamente mencionados.

**3. Ante todo o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso do autor, com observação da modulação e dos efeitos da decisão liminar deferida.**

**Sidney Romano dos Reis**  
**Relator**